

Das cartas



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

É nostálgico quando os velhos pensam no tempo das cartas, a mais antiga forma de registro da comunicação do homem na face da Terra. Há referências de que as cartas existem há 3.500 anos, escritas em argila, como na Mesopotâmia; em pedra ou ossos, como mostram registros históricos das bibliotecas da China; em papíros, registrados no Egito e na Grécia; ou mais tarde nos couros de carneiro ou animais semelhantes. Assim os homens começaram a perpetuar pela palavra escrita o milagre da linguagem, atributo que somente nós, humanos, temos.

Lembro-me das cartas que escrevi à minha mãe durante a Segunda Guerra, em São Luís, que era uma Base Aérea Americana — todas foram perdidas, mas nem por isso deixaram de povoar a minha memória até hoje. Em uma delas, descrevi o medo que me atacava nas noites em que dormia ouvindo os barulhos das almas que habitavam o sobradão do internato em que morava, sob o comando de dona Rosilda Penha, que me encheu de amor e carinho: eu, aos 12 anos, pensava na Manguda que aparecia no cais do porto e tinha o grito que espantava os meninos ao tomar banho na maré baixa.

Lembro de ter contado a ela sobre o Baependi, primeiro navio brasileiro a ser torpedeado, que despertou o patriotismo e a fúria dos estudantes que foram (que coisa vergonhosa!) apedrejados

a casa de duas famílias alemãs que moravam em São Luís. E relatei outro fato cruel que os olhos daqueles tempos despertaram: o vendedor de revistas da Praça João Lisboa, italiano que há 30 anos vivia em nosso Estado, fora assassinado por um fanático que lhe enterrou uma faca nas costas.

Mas fui falar em cartas e escorreguei nas memórias da Segunda Guerra Mundial, quando escrevia as cartas da minha adolescência à minha mãe.

As cartas foram a maneira usada desde a antiguidade para transmitir notícias, decisões políticas, mensagens de amor, comunicar reflexões filosóficas e ainda fazer literatura. Elas são fontes preciosas até hoje da memória, constituindo documentos históricos, que guardam também especial significado pessoal, com caligrafia, manchas de tinta e até perfumes.

Atribuiu-se a um manual das freiras de um convento de Mafra, em Portugal, lições às moças ao escreverem cartas a seus namorados: “Ao escrever uma carta de amor, deve-se pingar água de rosas para simular lágrimas”.

Lembro as cartas do passado com relatos das guerras, de política, assassinatos, fatos históricos, terremotos, maremotos, vulcões, de casamentos reais e relatos de todas as coisas que viviam as sociedades em cada canto da Terra. Foram elas que nos deram notícias desses fatos. No terreno da literatura e do nosso mundo lusitano, penso nas cartas do Padre Vieira, repositório histórico de suas pregações, dificuldades, dos caminhos por onde andou, das perseguições da inquisição, dos sofrimentos dos índios e de seu desejo de evitar que fossem escravizados como os negros. Mas penso também na beleza das cartas de amor de Rodin, o grande escultor, à Camille Claudel; nas de Frida Kahlo e Diego

Rivera; de Napoleão e Josefina; e nas de Álvaro de Campos (Fernando Pessoa) para Ofélia, as “ridículas” cartas do poema. Lembro a mais bela carta de amor que eu li: a da esposa de Churchill quando ele estava nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Cito de memória, mas a carta diz mais ou menos o seguinte: “Winston, mando-te essa garrafa de gim, a marca de que mais gosta, porque depois que o amor acabar, que a paixão for dissolvida, só a amizade pode nos manter unidos, Clementine”.

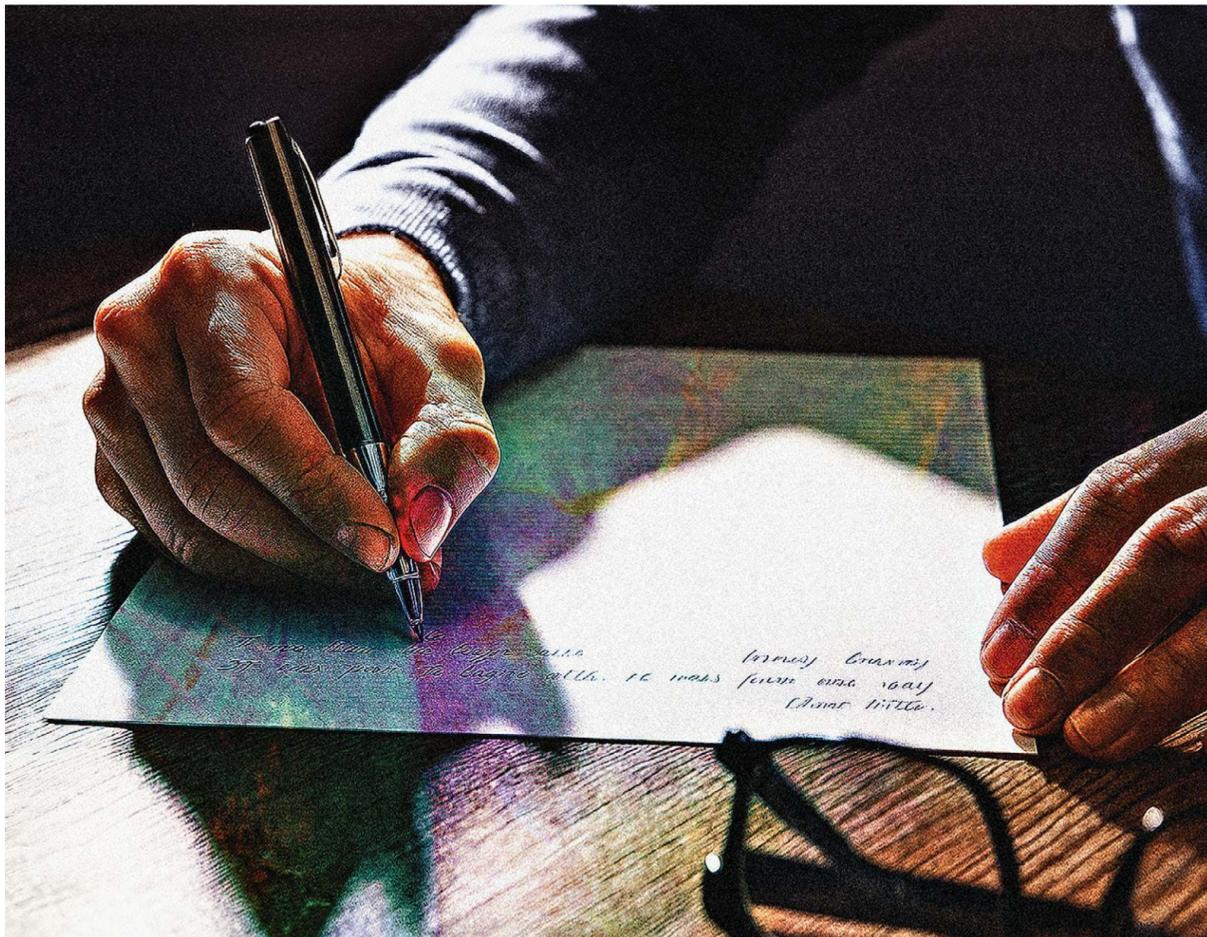
Muito bonitas também são as cartas aos amigos: profundas, confessam segredos e pecados muitas vezes sentidos numa relação de amizade. Eu considero que a melhor coisa da vida é a amizade, porque nela reside a gratidão, a caridade.

Mas por que estou falando de cartas de amor no meio da tempestade que vive o país e o mundo, com guerras sinistras e matanças incomparáveis em Gaza, Ucrânia, Sudão, Nepal, Líbano, Doha? Por que a escolha desse tema, foi a pergunta de um filho meu, que parece sem sentido nesses tempos?

É que a internet que tem um braço assassino que já matou as enciclopédias, os dicionários, matou também as cartas. Para escrever uma carta, era necessário tempo e reflexão; hoje, no imediatismo das redes sociais, não há mais espaço para que elas sejam elaboradas, belas e confidenciais.

Hoje, para manter a tradição, foram fundados “clubes de cartas”, em plataformas on-line, um braço da internet. Porém, sem o glamour, a solidão e a expectativa da resposta, que tornavam a mensagem algo especial, a construção de uma mensagem maior e mais bela se esvazia, as cartas parecem perder sua importância e o gosto de escrevê-las desaparece num tempo em que elas, ironicamente, parecem não mais existir.

PRI-1209-OPINI



Na maré autoritária, o Brasil nada contra a corrente



» FLÁVIA PELLEGRINO
Cientista política e
diretora executiva do
Pacto pela Democracia

O dia de ontem não é um fim em si mesmo. É mais um capítulo de um processo inédito de responsabilização e um marco democrático na história do Brasil. Pela primeira vez, aqueles que orquestraram uma ruptura do Estado Democrático de Direito foram devidamente julgados e condenados. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do núcleo crucial da trama golpista que, entre 2021 e 2023, tentou subverter a Constituição e instaurar um regime autoritário no país. Ao condenar militares de alta patente e lideranças políticas do núcleo central da conspiração, a Corte reafirmou que a lei e a democracia estão acima de qualquer governo, projeto de poder ou liderança política. Foi um gesto inequívoco de resiliência institucional, conduzido dentro das garantias do devido processo legal e da ampla defesa, e que ainda resistiu a pressões vindas do exterior.

Durante décadas, o Brasil trilhou o caminho oposto ao da responsabilização, deixando impunes os que atentaram contra a nossa democracia. Ao final do regime militar, nos anos 1980, a transição pactuada silenciou sobre graves violações

de direitos humanos e não puniu aqueles que haviam rompido a ordem constitucional. Essa omissão inaugurou um ciclo perverso em que golpismo e impunidade se retroalimentaram. Agora, quatro décadas depois, o país rompe essa lógica e envia uma mensagem clara: crimes contra a democracia não admitem perdão.

Esse passo histórico, contudo, não elimina as ameaças. Parlamentares seguem empenhados em ressuscitar a lógica da anistia, oferecendo de forma vergonhosa um perdão coletivo que visa blindar aliados políticos. Narrativas contrafactuais e distorcidas buscam relativizar a gravidade da conspiração e transformar criminosos em vítimas. É um retrocesso que, se concretizado, minaria a integridade da ordem democrática e comprometeria a credibilidade das instituições.

Enquanto um congressista brasileiro articula a continuidade do golpe a partir de terras estadunidenses e chantageia o Brasil para livrar seu pai de punição, o governo e a sociedade brasileira mais uma vez reagem com firmeza e altivez. A cena contrasta com a história: se nos anos 1960 os Estados Unidos tiveram um papel central no golpe militar que inaugurou duas décadas de autoritarismo no nosso país, desta vez é a solidez de nossas instituições que ergue uma trincheira pela democracia e pela soberania nacional diante do governante extremista e iliberal que inspirou Jair Bolsonaro em sua cruzada antidemocrática. Se nos Estados Unidos houve a invasão do Capitólio, em 8 de janeiro de 2023 tivemos os ataques em Brasília que foram o ápice de anos de uma postura autocrática e

golpista do governo anterior àquela data. Nos mesmos moldes da administração de Donald Trump nos Estados Unidos, tivemos um governo que regularmente incentivou a desconfiança no sistema de votação brasileiro e que ameaçou e motivou ataques às instituições e aos nossos Poderes Republicanos.

Nos últimos 10 anos, o patriotismo e as cores da bandeira brasileira foram sequestrados por setores extremistas e antidemocráticos. Agora, podem e devem voltar a simbolizar um país que amadureceu institucionalmente e que não se deixará chantagear por quem tentou destruir o que construímos a duras penas.

A democracia brasileira ainda possui uma longa trajetória de consolidação e aperfeiçoamento que a permita resgatar a credibilidade de seu sistema e a efetividade de suas promessas. Entretanto, o recado que damos ao planeta e ao nosso próprio país não poderia ser mais claro e vital: a democracia é inegociável, assim como a punição daqueles que contra ela ousam atentar.

Seguimos nadando contra a corrente. Ao destoar da tendência global de autocratização, nosso país se apresenta como exemplo de resiliência democrática e esperança concreta contra as forças autoritárias que avançam em tantas nações. A lição é inequívoca: a verdadeira pacificação não nasce do esquecimento, mas da responsabilização; não se constrói com anistia, mas com verdade, memória e justiça. O julgamento e a condenação dos golpistas estabelecem para o presente e para o futuro: a democracia é inegociável.

Visto, lido
e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br

Discursos

Nos últimos anos, duas expressões têm sido repetidas quase como mantras pela mídia, por organismos internacionais e por lideranças políticas: “discurso de ódio” e “fake news”. Em tese, ambas guardam sentido nobre: evitar que a violência verbal se torne ação concreta e impedir que mentiras deliberadas comprometam a saúde pública, a política e a confiança social. Mas, no terreno da política, sobretudo dentro do que se convencionou chamar de nova ordem mundial e de globalismo, esses conceitos deixaram de ser simples categorias éticas ou jornalísticas para se tornarem instrumentos de poder.

De maneira cada vez mais evidente, o que se vê é o uso desses rótulos como mecanismos de censura seletiva. Enquanto qualquer opinião divergente do consenso progressista pode ser tachada de discurso de ódio, agressões físicas e tentativas de assassinato contra líderes de direita não recebem o mesmo enquadramento moral.

O atentado contra Jair Bolsonaro em 2018, por exemplo, não foi amplamente narrado como fruto de uma cultura de ódio político, mas como episódio isolado. Já as críticas duras a figuras ou agendas progressistas, mesmo quando se tratam de argumentos fundamentados, são rapidamente classificadas como intolerância ou desinformação. Essa assimetria não é acidental. Trata-se de uma estratégia calculada de controle narrativo. O globalismo, mais do que um fenômeno econômico, é um projeto cultural e político que busca uniformizar padrões de pensamento, relativizando tradições nacionais e impondo parâmetros ideológicos.

Para isso, precisa reduzir ao silêncio as vozes que se opõem a esse processo, e nada mais eficiente do que aplicar rótulos morais contra quem questiona. É nesse ponto que a frase de Olavo de Carvalho ganha caráter profético: “A esquerda move contra a direita uma crescente e bilionária guerra de extinção enquanto a direita não lhe opõe senão uma polida concorrência democrática. É uma luta de assassinos contra idiotas”.

O que Olavo denunciava não era apenas uma desproporção de forças, mas uma diferença de estratégia. A esquerda global, com acesso a fundos bilionários de fundações, organismos internacionais e governos simpáticos à sua agenda, transformou o combate ideológico em uma verdadeira guerra de eliminação. Já a direita, presa ao ideal da concorrência dentro das regras democráticas, não percebeu que as regras do jogo haviam mudado. O resultado é um embate desigual.

É claro que a democracia não pode se converter em guerra aberta, mas ignorar que a disputa política assume contornos de guerra assimétrica é fechar os olhos para a realidade. Quando a censura se torna rotina, quando líderes conservadores sofrem atentados e quando cidadãos comuns têm medo de expressar opiniões por receio de sanções, não se trata mais de uma competição democrática: trata-se de uma luta pela sobrevivência política e cultural.

O uso das categorias “discurso de ódio” e “fake news” pela nova ordem mundial revela exatamente isso: uma arma semântica com poder de deslegitimar adversários, antes mesmo que possam apresentar seus argumentos. Trata-se de um processo de sufocamento lento, mas calculado, que vai desde a exclusão digital até a exclusão física.

O desafio está lançado: a direita precisa decidir se continuará a agir como concorrente em um jogo democrático que não existe ou se assumirá a gravidade da guerra que lhe foi imposta. O futuro da liberdade de expressão, da pluralidade política e das nações que resistem ao globalismo depende dessa escolha. O assassinato cometido, agora, contra o líder da direita americano Charlie Kirk, mostra que não se pode mais tratar com luvas de pelica aqueles que só conhecem o uso de luvas de boxers, reforçados com pregos. Há quem veja que pode, detrás desse nevoeiro escuro, luzes e ventos vindas de longe, lá da região dos Himalaias, ser capaz de inspirar aqueles que entendem de coisas como a liberdade.

A frase que foi pronunciada:

“Não se pode condenar por violência simbólica”.

André Marcília

Escorregador

» Veja no Blog do Ari Cunha as fotos do escorregador do parquinho da 214 Norte. Desleixo total com a meninada da região.

História de Brasília

O Correio Braziliense publicou ontem uma nota dizendo que o governo da Alemanha Ocidental proibiu à fábrica Volkswagen aumentar os preços dos seus carros. Mas isto não é nada não, porque no Brasil eles tiram a diferença. (Publicada em 9/5/1962)